



QUEM MANDOU MATAR MARIELE?



PRIVATIZAÇÃO DOS CORREIOS DEVE AUMENTAR PREÇOS, PIORAR SERVIÇOS E EXCLUIR POPULAÇÃO MAIS POBRE

Governo Bolsonaro planeja aprovar no Congresso Nacional ainda esse ano a entrega de mais uma empresa pública para a iniciativa privada, atacando a soberania nacional, gerando desemprego e afetando a qualidade dos serviços prestados à população.

SouGov.Br

Aplicativo destinado às e aos servidores pode transferir dados pessoais de milhões para multinacional.

Pág. 6

Reuni Digital

MEC pretende ampliar vagas de graduação nas Instituições Federais através da Educação a Distância.

Pág. 10 e 11

EDITORIAL

Chegamos na metade do ano em um cenário de aprofundamento da miséria, pobreza, insegurança alimentar. A população trabalhadora lida com o aumento vertiginoso do custo de vida, o preço da cesta básica nas alturas e uma política energética criminosa, que impõe o preço da política entreguista e privatista do governo Bolsonaro. Além de tudo isso, estamos nos aproximando de 600 mil mortos pela pandemia de COVID-19. Importa registrar que o governo federal, desde o primeiro momento, boicotou todas as medidas para reduzir os danos dessa tragédia social, assim como negligencia a nova onda da doença pela variante Delta.

Em vez do estabelecimento de uma política de proteção à vida e aos empregos, o que assistimos é a continuidade da agenda anticidência, apostando em charlatanismo de frações da indústria farmacêutica, assim como uma agenda ultraliberal, que privilegia os abutres do sistema financeiro e os mais ricos. Não é de se estranhar que estudos da ONG Oxfam apontam que, no Brasil, os super-ricos

aumentaram seu patrimônio em 34 bilhões de dólares no período da pandemia, enquanto a pobreza e a extrema pobreza cresceram estratosféricamente.

Mais uma vez, os ataques se voltam às universidades, institutos e CEFET, como Reuni Digital, confirmando a visão aristocrática e racista do ministro da educação do governo Bolsonaro, que já defendeu diversas vezes que o ensino superior deve ser para poucos. Ainda, visa normatizar o ensino remoto, o que favorece diretamente os mercadores de ensino, como os grupos Kroton e Estácio, dentre outros.

No bojo dessa agenda ultraliberal, o governo Bolsonaro e parte significativa do Congresso tenta privatizar os Correios, uma empresa que gera lucro e que tem um papel social de enorme importância na territorialização de serviços que o capital privado jamais fará; e quando fizer, será com elevado custo à população pobre de nosso país. A privatização dos Correios também implica a possibilidade real de demissão de trabalhadoras e

trabalhadores, muitos desses os únicos que possuem renda fixa em suas casas.

Mas a reação aos ataques do governo só aumenta, com grandes atos de ruas, como foi no 13J, mas principalmente no grande ato unificado de 24J, que ocorreu em mais de 488 cidades, ampliando o leque e também as ações. No final de julho, o Encontro Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras do Serviço Público do Brasil, que contou com quase 5 mil inscritos, sinalizou essa compreensão da unidade, na qual nós, ANDES, temos apostado 24 horas. Fruto disso foi que construímos nas ruas e nas redes o 18º ato contra a PEC 32, que objetiva destruir o serviço público brasileiro.

Nesse momento, em que a base acessa o informAndes, Brasília realiza o maior acampamento indígena de toda a história, com mais de 6 mil indígenas, dizendo não ao Marco Temporal e confiando integralmente na mobilização. E certamente essa energia, vindo da luta indígena, será fermento para o dia 7 de setembro, no Grito dos Excluídos, pelo Fora Bolsonaro! Fora Mourão!



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // Site: www.andes.org.br // E-mail: imprensa@andes.org.br

Diretora Responsável: Francieli Rebelatto

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Coordenação de Pauta: Bruna Yunes DrT 9045/DF

Jornalistas: Bruna Yunes, Edgard Léda, Luciana Sendyk, Renata Maffezoli

Diagramação, arte final e finalização: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

SERVIDORES EM TODO O PAÍS INTENSIFICAM LUTA CONTRA A PEC 32

Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público decidiu por greve geral e agenda de mobilização



Foto: ????

a PEC 32, se aprovada, irá acabar com unidades básicas de saúde, creches, escolas e universidade públicas, atingindo o conjunto da classe trabalhadora, que necessita desses serviços. Portanto, essa é uma luta da classe trabalhadora e precisa ser enfrentada por todas e todos no nosso país", disse.

Greve Geral

O Encontro aprovou uma Greve Geral das servidoras e dos servidores públicos para o dia 18 de agosto, com a realização de um dia de luta da classe trabalhadora. Além disso, deliberou que as entidades pressionem parlamentares locais e federais para se posicionarem contrários à PEC 32 e, ainda, cobrem a realização de audiências públicas sobre a reforma administrativa e seus impactos, nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas e no Congresso Nacional.

"Esse encontro é apenas um começo para um novo patamar de lutas contra a PEC 32 no país, com as mobilizações das e dos servidores das três esferas e, também, com uma ampla mobilização da classe trabalhadora para dizer a esse governo que qualquer ataque aos direitos, privatizações, nós estaremos juntos e juntas para barrar. A nossa voz é uma só", pontuou Rivânia Moura.

Milhares de servidoras e servidores públicos federais, estaduais e municipais se reuniram no Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, nos dias 29 e 30 de julho, para discutir os impactos da reforma administrativa e preparar um Plano Nacional de Mobilização para o próximo período. O encontro ocorreu no formato virtual, em decorrência da pandemia da Covid-19. Entre as deliberações, a realização de uma greve geral, no dia 18 de agosto (veja box).

Ao todo, foram inscritos 4.448 participantes, sendo 43% de servidoras e servidores municipais, 29% estaduais, 24% federais e 4% de outras categorias. O evento registrou inscrições de todos os 26 estados brasileiros e também do Distrito Federal. Para as entidades organizadoras do evento, o grande número de inscritos demonstrou a unidade e mobilização das diversas categorias do funcionalismo contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32.

Debates

No primeiro dia do encontro, aconteceu a mesa de abertura, com a participação

de dezenas de representantes das centrais sindicais, entidades, frentes e, ainda, de parlamentares e dirigentes partidários. Em formato de live, a atividade foi transmitida pelas redes sociais da página "Contra a PEC 32".

Na sexta (30), as e os participantes se dividiram em grupos de debate e, depois, puderam ampliar a compreensão da pauta com as palestras de Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora do movimento Auditoria Cidadã da Dívida; e de Fausto Augusto Júnior, coordenador-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Para a presidenta do ANDES-SN, Rivânia Moura, é de suma importância a disputa de narrativa sobre as reais intenções da reforma administrativa, para conscientizar a população acerca das suas consequências. "As justificativas dadas para a aprovação da PEC 32 - pelo governo, mídia hegemônica e apoiadores -, de que irá acabar com os privilégios das e dos servidores públicos e que a crise do Estado é culpa das e dos servidores públicos, é um jeito de dividir a classe trabalhadora e isolar as servidoras e os servidores. Precisamos combater essa ideia, pois

Dia de Greve e Luta

O 18 de agosto foi marcado por mais um grande dia de luta e de greve em defesa dos serviços e servidores públicos e pelo Fora Bolsonaro e Mourão. Em todas as 27 capitais e em pelos menos outros 60 municípios foram realizadas manifestações.

Docentes de todo país se somaram à luta contra a reforma administrativa, contra a nova reforma trabalhista (MP 1045), em defesa das estatais e, ainda, das universidades, institutos federais e Cefets, que estão sendo alvo de ataques do governo federal desde o início da gestão, em 2019.

"Nós tivemos uma adesão muito grande das nossas seções sindicais. Mais de 60 seções realizaram assembleias e construíram localmente atos no dia de hoje. A greve do serviço público movimentou muitos estados e municípios com mobilizações. Foi importante também para demonstrar, de modo unificado e efetivo, o enfrentamento à PEC 32. Importante pra fortalecer, também, a luta pelo Fora Bolsonaro", avaliou Rivânia Moura.

Atos massivos marcaram o mês de julho

Julho foi um mês de importantes lutas para a nação brasileira, e o ANDES-SN esteve nas ruas e nas redes sociais, junto ao povo brasileiro para lutar por imprescindíveis pautas reivindicatórias. No dia 3 de julho, as ruas, praças e avenidas das cidades brasileiras estiveram lotadas de manifestantes, cujas pautas principais foram a defesa da vida e o impeachment de Jair Bolsonaro. Os atos haviam sido marcados para o final do mês, mas foram antecipados após se tornarem públicas as graves denúncias de irregularidades em negociações para a compra de vacinas contra a Covid-19. Além de capitais como Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Maceió, Manaus São Paulo, Salvador e mais de 300 outras cidades brasileiras registraram atos pelo contra o governo federal. Também ocorreram em países europeus como Alemanha, Áustria, Inglaterra e Irlanda.

Na terça-feira, 13 de julho, manifestantes voltaram às ruas pelo Fora Bolsonaro e Mourão, pela defesa da universidade pública, contra a privatização dos Correios, contra a reforma Administrativa e em defesa dos serviços públicos. Movimentos sociais e populares, entidades sindicais e estudantis participaram dos atos, e a diretoria nacional do ANDES-SN esteve presente à tarde no protesto em Brasília (DF). A manifestação marcou a luta contra a privatização das estatais, que tem na mira mais recente a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Também foram reivindicados emprego, respeito aos direitos dos povos indígenas, a vacinação imediata e em massa contra a Covid-19 e um auxílio emergencial de no mínimo R\$ 600 até o fim da pandemia, entre outras pautas.

Já o dia 24 de julho foi marcado como o maior dia nacional de luta desde o início da pandemia, mobilizando pessoas em todo o país. O protesto, pela saída de Jair Bolsonaro da presidência, pela defesa da educação e demais serviços públicos, em respeito às comunidades negra e LGBTQIA+, entre outras reivindicações, teve presença massiva de movimentos sociais e populares, entidades sindicais e estudantis, que estiveram nos 488 atos, realizados em 471 cidades do Brasil e também de outros 17 países. O ato foi, mais uma vez, chamado pela campanha Fora Bolsonaro, espaço organizativo que reúne diversas entidades, entre as quais o ANDES-SN.

Além das ruas, houve mobilização massiva nas redes sociais. O ANDES-SN promoveu lives no Youtube, transmissões ao vivo via Instagram e twittaços com hashtags pedindo pelo Fora Bolsonaro e Mourão. O Sindicato Nacional continuará nas ruas e redes contra esse governo, que se mostra genocida e inimigo do povo brasileiro.



3
DE
JULHO

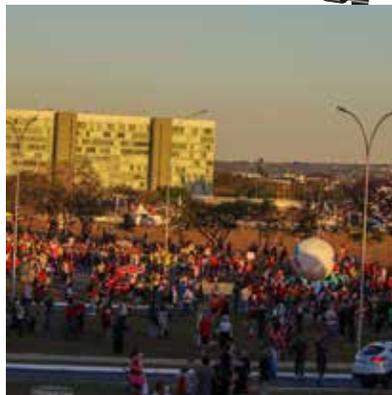
Mobilização



13 DE JULHO



24 DE JULHO



Aplicativo SouGov.br gera suspeitas de venda de dados

Servidores que aderem ao aplicativo do governo podem ter seus dados vazados para estrangeiros



FOTO: SHUTTERSTOCK / EDIÇÃO: ANGEL HOLLANDA

dados pessoais da população, como SUS e INSS, e que estão sob administração do governo federal.

Sobre os riscos de perseguição aos servidores e às servidoras pelo governo Bolsonaro, com base nos dados compartilhados na plataforma, Leandro Madureira ressalta que, embora não seja a finalidade do aplicativo, essa possibilidade não está descartada.

“Como estamos sob um governo atentatório à democracia e temos no aplicativo uma profusão de dados como digitais e reconhecimento facial, é dada uma circunstância muito nova, que ainda não podemos ter essa previsibilidade e nem de que maneira isso pode ser utilizado – no caso, mal utilizado – pelo governo. Não temos nenhum indicativo nesse sentido, mas há uma preocupação, sobretudo política, de que essa má utilização possa ocorrer”, assinala.

Ele também explica que a ferramenta em si é uma boa plataforma, e que visa justamente facilitar a vida das servidoras e dos servidores com o acesso a uma série de informações que muitas vezes, ou até então, eram feitas de maneira analógica. Porém, o advogado ressalta que o custo ao usuário é a venda de suas informações pessoais. “Nesse caso específico do SouGov.br, há essa peculiaridade dessa venda dos dados para a IBM – que não têm sido alardeada pela grande mídia e não tem sido trabalhada de uma forma pública, mas que eventualmente pode ser discutida judicialmente. Estamos estudando essa possibilidade frente à LGPD pra ver o que pode ser feito no que se refere a esse tipo específico de inovação contratual”, conta.

“O maior prejuízo que podemos ter é de fato a venda de dados para uma empresa estrangeira, onde a LGPD não tem condições de ser empregada. E o maior interesse na transação desses dados é justamente o de conseguir traçar o perfil, fazer indução de consumo e também do padrão de comportamento, de pensamento político. Há uma série de estudos nesse sentido que, eventualmente, apontam para a utilização de dados com a inteligência artificial para o maior controle da população”, conclui o advogado da AJN do ANDES-SN.

A parceria do novo aplicativo do governo, SouGov.br, com a multinacional de informática IBM traz dúvidas quanto aos riscos de mau uso de dados pessoais dos servidores e servidoras que aderirem ao programa. O *app* foi criado sob a justificativa de unificar em *smartphones* todos os serviços úteis a servidoras e servidores públicos, permitindo que dados funcionais, fichas financeiras, contracheques e outras funcionalidades relativas à vida laboral sejam acessadas por meio de um único canal. Porém, além de armazenar dados pessoais, o SouGov.br faz a captura da impressão digital e de leitura facial.

Para o advogado da Assessoria Jurídica Nacional do ANDES-SN, Leandro Madureira, é preocupante o fato de que os dados mantidos pelo aplicativo

possam ser vendidos para a IBM. Por ser uma multinacional, essa empresa está fora da jurisdição da legislação brasileira e, conseqüentemente, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) do país não teria aplicabilidade em caso de possível má utilização desses dados.

“Não há uma perspectiva do SouGov.br de gerar um prejuízo individualizado ao servidor, justamente porque a LGPD tem essa aplicabilidade aqui na esfera nacional e de alguma maneira gera uma maior proteção para o servidor público. Mas há a perspectiva de que o aplicativo contemple talvez um dos maiores bancos de dados da América Latina”, explica Madureira.

O representante da AJN acrescenta que há outras plataformas dos serviços públicos que fazem uso de uma série de

Privatização dos Correios deve **umentar preços, piorar serviços e excluir população mais pobre**



FOTO: LUIS ROCHA BH - MIDIA NIVA

pela ECT - possam ser explorados pela iniciativa privada.

À União caberia a garantia de prestação do serviço postal universal, por meio de concessão, e as tarefas de organizar e regular o Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP), por intermédio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que será transformada em Agência Nacional de Telecomunicações e Serviços Postais. Já a ECT, empresa 100% pública, passaria a chamar Correios do Brasil, empresa que seria 100% privada.

O substitutivo do relator também prevê uma fase de transição para o novo modelo privado de negócios, em que os Correios do Brasil preservariam o monopólio atual na área de correspondências - carta, cartão postal, telegrama e correspondência agrupada - por no máximo cinco anos.

Em relação à política de preços, a proposta estabelece diretrizes para a Anatel determinar a estrutura tarifária dos serviços postais. O texto do projeto afirma que as tarifas poderão ser diferenciadas geograficamente, com base na renda dos usuários, no custo do serviço e nos indicadores sociais. Foi prevista também a criação de uma tarifa social para atendimento dos usuários que não tenham condições financeiras de pagar pelo serviço.

Na prática, a privatização dos Correios permite a execução de todos os serviços - inclusive os serviços universais básicos e os serviços sociais - apenas por operadoras privadas, estabelece a privatização da ECT, e converte o serviço postal público em uma atividade a ser explorada economicamente, sob a regulação de uma agência independente - tema já considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O governo de Jair Bolsonaro está prestes a entregar ao capital privado, uma das estatais mais eficientes e lucrativas do país: a Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). Em 2020, a empresa teve lucro líquido de R\$ 1,5 bilhão e, para esse ano, a previsão é de R\$ 2 bilhões. Os Correios entregam, mensalmente, cerca de meio bilhão de objetos postais, sendo 28 milhões de encomendas, em todo o país.

O primeiro passo para a privatização aconteceu no início de agosto com a aprovação - com 286 votos favoráveis a 173 contrários - do Projeto de Lei (PL) 591/21, que autoriza a exploração dos serviços postais pela iniciativa privada. De autoria do Poder Executivo, o projeto tramitou em regime de urgência atropelando todo o processo legislativo de debate em comissões

e audiências públicas na Casa. A expectativa do governo é que, caso o PL 591/21 seja aprovado no Senado, o leilão seja realizado ainda no primeiro semestre de 2022.

Atualmente, a iniciativa privada já participa da exploração dos serviços postais por meio de franquias, mas os preços seguem tabelas da ECT, conhecida popularmente como Correios. Já existe concorrência privada para a envio de encomendas, como Sedex e PAC, que são tipos de encomendas expressas e econômicas, respectivamente.

Mudanças

O relatório aprovado, do deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA), propõe a criação de um sistema postal em que todos os serviços - inclusive os que hoje são prestados em regime de monopólio

"Correios não dão lucro"

A ECT registrou, apenas em 2020, R\$ 1,58 bilhão de lucro líquido. Entre 2002 e 2020, foram registrados prejuízos apenas nos anos de 2014, 2015 e 2016. Além de lucrativa, a empresa atende áreas do Brasil que dificilmente contarão com serviços de empresas privadas devido à baixa remuneração e alto custo para chegar a algumas localidades.

"Estatal não é inovadora"

Em 2019, a empresa ganhou o Prêmio ABComm de Inovação Digital 2019, um dos mais relevantes do e-commerce brasileiro, organizado

pela Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm). No ano seguinte, venceu o *World Post & Parcel Awards* pela quarta vez, o prêmio internacional é considerado o "Oscar" dos correios de todo o mundo. Além disso, ao longo dos anos, a empresa tem investido em ampliação de capacidade e modernização e inovação tecnológica, investimentos que poderiam ser mais volumosos, caso não tivesse que destinar uma parte importante do valor que arrecada para o pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos à União. No período de 2002 a 2013, a preços de dezembro de 2020, R\$ 7 bilhões foram entregues à União por essa via, segundo nota do Dieese.



OPERAÇÃO DOS CORREIOS

Veja os números e os detalhes da atuação da estatal



Apagão postal

De acordo com Jacó Almeida, diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Fentect), a privatização dos Correios representa um forte ataque à soberania nacional, já que abre caminho para que o mercado privado possa tomar conta do serviço postal. “O projeto afirma que a Anatel fiscalizará os serviços postais, além da regulação que a agência já faz no mercado de telecomunicações, porém a agência não consegue fiscalizar com eficiência o serviço telefônico. Infelizmente, o povo pobre será o mais afetado com a privatização, porque os Correios prestam serviço de cunho social nas pequenas cidades. O que o governo Bolsonaro está fazendo é mais uma destruição de uma empresa estatal”, avalia.

Especialistas em logística têm apontado a preocupação com a qualidade dos serviços postais em algumas regiões do país, como o Norte, caso ocorra a privatização. A região possui a maior bacia hidrográfica do mundo, a Amazônica, o que faz dos rios da região a principal via de transporte de passageiros e de passageiras e de cargas. E, portanto, os serviços dos Correios são fundamentais para o funcionamento das cidades da região.

Para Jacó Almeida, com a privatização dos Correios, a população mais pobre, de municípios mais distantes, de áreas remotas, ficará completamente desassistida. E, ainda, o custo das encomendas vai aumentar, recaindo sobre o bolso de pequenos e médios empresários e empresárias,

consumidores e consumidoras e restante da população brasileira.

“Em alguns lugares, até hoje, as pessoas utilizam a agência para procedimentos bancários. Outro ponto, é que quando ocorrem catástrofes no país, e a população necessita de atendimento, mantimentos, itens de primeira necessidade, os Correios conseguem acessar qualquer lugar do país em menos de 24 horas, para garantir os suprimentos necessários”, disse.

Um exemplo dessa cobertura ocorreu durante o crime ambiental do rompimento da barragem em Brumadinho (MG), em 2019, quando a empresa estatal, por meio da sua logística necessária, fez a distribuição de água e suprimentos na região.

Almeida também ressalta os prejuízos que pequenos e médios empresários e empresárias terão com a desestatização



“Com a privatização os preços serão mais competitivos”

Segundo o relatório da União Postal Universal (UPU), uma agência da ONU, o Brasil figura, juntamente com Estados Unidos, Argentina, Nigéria e México, dentre aqueles que praticam as menores tarifas no mundo. Com a privatização, conforme a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect), o valor das tarifas postais vai aumentar, pois o projeto de privatização prevê a concentração de um monopólio privado em uma única empresa por 5 anos, renovável por mais 5, ou seja, o valor das tarifas será determinado pela empresa privada que comprar os Correios.

da empresa, já que utilizam os serviços postais dos Correios com frequência para distribuição dos seus produtos. “Os Correios cobram um valor bem menor e com a privatização, essas pessoas terão os preços encarecidos e em alguns locais não terão mais essa entrega”, afirma.

Atualmente, conforme Jacó Almeida, as empresas privadas DHL (Deutsche Post DHL), alemã, a Fedex (Federal Express Corporation) e a UPS (United Parcel Service), estadunidenses, que já atuam no Brasil, utilizam o serviço dos Correios para fazer entregas em regiões remotas. Essas mesmas empresas são apontadas como as interessadas no leilão.

Serviço à sociedade

Além da modicidade tarifária e da prestação universal dos serviços, permitindo a pessoas, empresas, governos e outras organizações realizarem suas comunicações e efetivarem suas transações, a ECT tem elevada importância na operação estatal da política pública.

A demanda pelos serviços da empresa pública vai desde consulta ao Serasa, à emissão e regularização de CPF, recebimento de malotes, serviços postais de prefeituras e da área de educação, até o pagamento de aposentadorias e salários das servidoras e dos servidores municipais e estaduais, entre outros. A empresa pública também faz entrega de livros, de vacinas, de provas do Enem e tem garantido o auxílio emergencial em comunidades sem acesso à internet. Os Correios também oferecem os serviços bancários de saque e transferências nas regiões que não dispõem de agência bancária.

Subsídio cruzado

Única empresa pública federal presente em todos os municípios brasileiros, a ECT teve origem em 1663 e, além da distribuição de correspondência, oferece mais de cem produtos e serviços de apoio ao governo, em 5.570 municípios brasileiros.

Para garantir a universalização dos serviços postais, hoje, os Correios fazem o subsídio cruzado, através do qual os locais que dão lucro custeiam as pequenas cidades. Essas localidades são atendidas exclusivamente pelos Correios e, o mais importante, sem aporte de recursos da União. Para Jacó, caso o PL seja aprovado no Senado, nenhuma empresa privada vai garantir esse serviço em todos os municípios, apenas nos locais que dão lucro.

“Os Correios fazem o subsídio cruzado, em que lugares onde dão lucro, cerca de 320 cidades, garantem os preços das demais cidades no país para garantir o serviço universal para toda a população. Não é verdade que uma empresa privada fará esse serviço com os preços que são cobrados hoje em pequenas e médias cidades. Em um país continental, como o Brasil, uma empresa privada não vai garantir o serviço para toda a população”, critica o diretor da Fentect.

Demissões

Com mais de 93 mil trabalhadoras e trabalhadores públicos, outros milhares de terceirizadas e terceirizados, a privatização da estatal significará o aumento do desemprego, associado a toda a ordem de terceirizações e flexibilizações contratuais, em um momento de grave crise econômica, social e sanitária no país.

O relator da MP, na Câmara, incluiu em seu texto um dispositivo que prevê a estabilidade por 18 meses para funcionários e funcionárias da estatal, após privatização da empresa, e só poderão ser demitidos neste período por justa causa. A empresa que vier a comprar os Correios terá, ainda, que disponibilizar aos funcionários e funcionárias um Plano de Demissão Voluntária (PDV), com período de adesão de 180 dias a contar da privatização.

Segundo Jacó Almeida, apesar da estabilidade ter sido inserida no texto da MP, há grandes chances de ser vetada por Bolsonaro, da mesma forma como ocorreu com a privatização da Eletrobras. Além

disso, mesmo que não o seja, após os 18 meses, as trabalhadoras e os trabalhadores que não aderirem ao PDV perderão a estabilidade da empresa pública, podendo ser demitidos a qualquer momento sem justificativas. Embora sejam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas e não pelo regime jurídico único (RJU), trabalhadores de empresas públicas só podem ser demitidos com alguma motivação. Essa limitação não se aplica às empresas do setor privado.

Em 2020, por meio de uma greve que durou 35 dias, as trabalhadoras e os trabalhadores dos Correios lutaram contra a retirada de 59 das 79 cláusulas do Acordo Coletivo, principalmente as sociais e econômicas. A empresa entrou com ação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a retirada de 49 cláusulas. “Mesmo com a derrota que tivemos, hoje estamos novamente em campanha salarial para retomar o foi retirado e reivindicar as perdas de 8% em nossos salários. Com uma empresa privada no comando dos Correios não será possível”, alerta Jacó Almeida.

STF

O procurador-geral da República (PGR), Augusto Aras, emitiu parecer favorável à ação - ajuizada pela Associação dos Profissionais dos Correios (Adcap) no Supremo Tribunal Federal (STF) – que questiona a constitucionalidade da privatização dos Correios. A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 21, prevê que cabe ao Estado “manter o serviço postal e o correio aéreo nacional”. Já a Lei 6538/78 determina que o serviço postal e o serviço de telegrama devem ser explorados pela União. Constituem serviço postal, pela lei, as atividades de recebimento, expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas, além da venda de selos, cupons de resposta internacional e outros produtos semelhantes. A matéria aguarda julgamento no STF, que ainda não tem data para acontecer.



“Em outros países, a privatização deu certo”

Poucos países privatizaram seus serviços postais. Na Argentina, a privatização nos anos 1990 foi muito contestada e, ao final, foi revertida, com a reestatização em 2003. Portugal passa por um processo semelhante. Na Alemanha, os Correios foram privatizados parcialmente no ano 2000 e totalmente em 2005, e a população reclama que os preços dos serviços postais ficaram mais altos e sobem todo mês. Em todos os 10 países mais populosos - em ordem decrescente, China, Índia, Estados Unidos, Indonésia, Paquistão, Brasil, Nigéria, Bangladesh, Rússia e México -, e que concentram 58% da população mundial, os serviços postais universais são prestados por algum ente público, seja empresa pública, seja empresa de economia mista ou outro órgão governamental de natureza não empresarial, de acordo com a UPU.

Reuni Digital: o projeto do governo Bolsonaro para a Educação Superior



Foto: SHUTTERSTOCK / EDICAO ANGEL HOLANDA

Aproveitando-se das condições impostas à Educação pela pandemia de Covid-19, com a realização de atividades remotas, e após aplicar cortes bilionários no orçamento da Educação, o governo federal divulgou, no dia 22 de junho, um projeto para a expansão da Educação a Distância nas Instituições de Ensino Superior (IES) federais.

O documento intitulado “Reuni Digital: Plano de expansão da EaD nas IES públicas federais” apresenta o projeto do Ministério da Educação para efetivar, na Educação Superior pública, o ensino a distância em todos os cursos de graduação, na sua totalidade ou em parte deles. A proposta não aponta apenas para a ampliação de vagas, na modalidade EaD, em cursos de graduação nas instituições existentes: ela vai além e sugere a criação de uma Universidade Federal Digital.

Uma das argumentações para o programa é o cumprimento das metas de expansão no Ensino Superior estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024). A meta 12 do PNE prevê um aumento de 50% na taxa bruta de matrículas, com 40% das novas matrículas no setor público e uma taxa líquida de escolarização de 33% da população de 18 a 24 anos.

O terreno para o Reuni Digital vem sendo preparado desde antes da pandemia. Além do estrangulamento nos recursos das IFEs, que inviabiliza melhorias na infraestrutura e oferta de novas vagas, o Ministério da Educação publicou, em dezembro de 2019, a Portaria 2.117/2019. Com esse instrumento, autorizou as IES a ampliarem para até 40% a carga horária de EaD em cursos presenciais de graduação. Antes, o percentual era de no máximo 20%. Na sequência, no ano passado, o MEC criou um grupo de trabalho para elaborar as estratégias que resultaram no programa Reuni Digital.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2018 e 2019 houve uma redução de 3,8% nas vagas de cursos presenciais de ensino superior, com um aumento de 19,1% nas de cursos virtuais. Em 2019, 28,5% dos alunos de graduação no Brasil estudavam em modalidades a distância.

Além de já ter criado as bases necessárias para avançar na ampliação da EaD no Ensino Superior, a gestão Bolsonaro demonstra que tem no Reuni Digital seu projeto de governo, uma vez que grande parte das metas estabelecidas são ações de curto e médio prazos, a serem executadas de um a seis meses ou de sete a 24 meses, respectivamente. Ou seja, ainda sob o comando do atual governo.

Expansão desordenada e educação aligeirada

Assim como o Reuni original, implementado durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, a versão digital prevê pouco ou nenhum investimento. O programa anterior, de fato, expandiu o acesso às universidades públicas e interiorizou o ensino superior federal. No entanto, o fez sem os recursos necessários para que fossem implementadas estruturas, corpos docente e técnico adequados e a assistência estudantil necessária para garantir acesso e permanência em uma educação superior pública de qualidade, gratuita, laica e socialmente referenciada.

Agora, o governo Bolsonaro migra para o ambiente virtual a proposta do

Reuni, desconsiderando o tripé ensino, pesquisa e extensão, bem como as condições de acesso das e dos estudantes e eliminando da educação superior uma das suas mais ricas experiências: a vivência no espaço universitário.

“O Reuni Digital é muito preocupante. Primeiro, porque percebemos que é uma continuidade daquele Reuni anterior, de 2007, do governo Lula, que naquele momento era uma tentativa de ampliar vagas, para que todos pudessem ter acesso à universidade pública, toda a classe trabalhadora. O ANDES-SN já via naquele Reuni uma expansão precarizada, sem investimento, sem políticas de acesso e permanência. Então, ao mesmo tempo em que você tinha possibilidade de uma inserção maior da classe trabalhadora na universidade, você não dava, e continua não dando, o investimento para que as e os estudantes possam estar ali, num curso de qualidade, nas condições adequadas”, explica Elizabeth Barbosa, coordenadora do Grupo de Trabalho de Política Educacional do ANDES-SN.

Ela aponta que, na época, não houve investimento nem ampliação de recursos humanos ou de infraestrutura. E todas essas questões foram apontadas como falhas do programa pelo ANDES-SN, que sempre cobrou do governo Lula e dos que se seguiram investimentos adequados para garantir a qualidade do ensino, pesquisa e extensão em todas as IFE.

“O que vemos hoje é o desdobramento disso. Uma situação que se aprofunda ainda mais pela retirada cada vez maior de investimentos na educação pública, com cortes orçamentários e com o teto imposto pela Emenda Constitucional 95”, acrescenta.

A serviço do mercado

A diretora do ANDES-SN ressalta que o novo programa de expansão do Ensino

Superior vai no sentido de dar continuidade e aprofundar o projeto neoliberal, previsto na Cartilha do Banco Mundial, de uma formação aligeirada e precarizada para a classe trabalhadora. Como afirmou recentemente em entrevista o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, “a Universidade deve ser para poucos”. E o Reuni Digital vem para sedimentar esse projeto.

“Quando você lê o projeto do Reuni Digital, vê que não tem investimento nenhum nele. Não tem investimento em concursos, em maior ampliação do quadro de professores. Ao contrário, é curso de formação de tutores, inclusive para os docentes”, alerta.

Por exemplo, quando o programa do Reuni Digital menciona assistência estudantil, relaciona-a à oferta de vale-transporte para que os e as estudantes possam ir ao polo/campus tirar dúvidas ou executar alguma atividade esporádica presencial. Não há qualquer menção de investimento em moradia estudantil, refeitórios, bibliotecas e outros espaços fundamentais, não só para o convívio, mas também para que estudantes da classe trabalhadora possam se manter na universidade.

“Desde o início da pandemia, com o ensino remoto, tínhamos a preocupação de que essa situação viria para ficar. Documentos de organismos internacionais apontam para isso. Para uma formação bem precarizada para a classe trabalhadora servir ao mercado, da forma como está escrito no Reuni Digital”, ressalta a diretora do ANDES-SN.

Uma das medidas previstas na proposta, que explicita esse projeto de formação acadêmica voltada às necessidades do mercado, é a afirmação de que o propósito deve ser “atender às demandas regionais com oferta de cursos por meio das IFES da região”. Aponta, ainda, a meta de “100% de cursos com demanda local e regional identificadas com ofertas na modalidade

a distância, ou com disciplinas online no limite dos 40% permitidos por lei”. Essas afirmações ratificam o que o Banco Mundial aponta no documento “Um Ajuste Justo”, de 2017, por exemplo.

Outro ponto que merece destaque no programa é o fato de considerarem a comunidade acadêmica como uma barreira a ser transposta, para implementação do Reuni Digital, o que sinaliza que a resistência de docentes e técnicos e técnicas administrativas à proposta já é esperada.

“O principal desafio está em descobrir meios para que os profissionais da área educacional, bem como técnico-acadêmicos, consigam compreender que a EaD é fundamental para que o país consiga ofertar cursos de nível superior com qualidade e que ela não seja apenas um formato desvinculado das ações atuais das IFES, mas que faça parte do cotidiano destas instituições, atendendo demandas locais e regionais, o que nos remete ao cumprimento das missões em cada âmbito por meio de amplo diálogo entre as universidades e demais setores da sociedade”, afirma o documento.

Elizabeth Barbosa ressalta que o ANDES-SN seguirá fazendo frente aos projetos que visam desmontar ainda mais a Educação Pública e consolidar o projeto do Capital, expresso nas cartilhas do Banco Mundial. “Temos lutado por um grande investimento na educação pública, pela revogação da Emenda Constitucional 95 e por um Plano Nacional de Educação que contemple as necessidades da classe trabalhadora. Daqui a pouco, acabará o PNE 2014/2024. Se não fizermos um grande movimento para ter um plano nacional de educação realmente efetivo, que coadune com o projeto de educação que defendemos, cada vez mais vamos ter uma Educação destituída do seu papel e importância”, afirma a diretora do ANDES-SN.

CONFIRA ALGUMAS DAS PROPOSTAS E METAS PREVISTAS NO REUNI DIGITAL

- **Adequação das ofertas de vagas às demandas setoriais e regionais;**
- **Ajustar a relação candidato/vaga nos processos seletivos;**
- **Adesão de 100% das IFES ao chamamento para compartilhamento de laboratórios virtuais e remotos;**
- **Em casos de cursos com momentos presenciais, verificar formas de facilitar o acesso do estudante ao polo presencial, oferecendo vale-transporte, por exemplo;**
- **Participação dos professores em cursos na modalidade a distância ou em disciplinas que utilizem os 40% de virtualidade permitidos por Lei;**
- **Atingir o percentual mínimo de 50% dos docentes das IFES públicas participando de cursos/atividades a distância;**
- **Elevar a relação de mínimo de estudantes por professor para 18, incluindo o trabalho docente em cursos presenciais e a distância;**
- **Fonte de recursos/Parcerias: parcerias com companhias de telefonia móvel e de empresas de tecnologia, órgãos públicos e privados para concessão de auxílio;**
- **Fomentar programas de formação de professores e tutores das IFES em EaD.**

29 DE AGOSTO

Dia Nacional da VISIBILIDADE LÉSBICA

Em 29 de agosto é celebrado o **Dia Nacional da Visibilidade Lésbica**. A data é um marco na luta das mulheres lésbicas brasileiras para celebrar a sua existência, defender as pautas que o movimento reivindica e a denunciar as violações diárias em decorrência da orientação sexual.

O dia foi instituído em referência ao primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) - atualmente Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi) -, ocorrido em 29 de agosto de 1996, no Rio de Janeiro, e encerra o calendário de datas do mês, que também tem o dia 19 de agosto, Dia Nacional do Orgulho Lésbico, como referência. Neste dia, em 1983, ativistas lésbicas ocuparam o Ferro's Bar, em São Paulo, contra a censura do seu proprietário, que proibiu a distribuição da publicação "ChanacomChana" e ameaçou expulsá-las do local.

O ANDES-SN deliberou no 61º Conad, realizado em Boa Vista (RR) no ano de 2016, a inclusão do dia 29 de agosto no calendário de lutas da entidade nacional. O Sindicato Nacional produziu materiais que auxiliam no debate de pautas LGBTQIA+, feministas, étnico-raciais, dentro do mundo de trabalho. Além disso, o ANDES-SN encampou a luta contra o projeto Escola sem Partido, que mesmo derrotado no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, teve grande repercussão no país ao defender o fim das discussões sobre orientação de gênero e educação sexual nas escolas.

